



“A mídia é parceira na fiscalização da gestão pública”

Presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) pela segunda vez – a primeira foi em 2011 –, é bacharel em Engenharia Civil, pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). Nasceu em Mafra, onde iniciou sua trajetória na vida pública como vereador (1989-1992). Eleito deputado estadual por duas legislaturas (1994-1997 e 1998-2001), presidiu a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa. Renunciou ao mandato de parlamentar para tomar posse, em março de 2000, no cargo de conselheiro do TCE/SC. Ocupou a Corregedoria-Geral, de 2007 a 2010, e a vice-presidência, de 2012 a 2014. O TCE de Santa Catarina foi criado há 60 anos. É responsável por fiscalizar a gestão dos recursos públicos de 1.851 unidades do Estado e dos 295 municípios catarinenses. Uma tarefa que conta com o trabalho de cerca de 460 servidores, além dos sete conselheiros e três auditores-substitutos de conselheiros. Nessa entrevista exclusiva à **Coluna Pelo Estado**, o conselheiro fala de seu trabalho na presidência do órgão e do êxito das ações de fiscalização.

[PeloEstado] - Qual o papel que o senhor atribui ao TCE/SC que acaba de completar 60 anos?

Luiz Roberto Herbst - Em 60 anos, o TCE/SC ofereceu uma contribuição relevante à sociedade catarinense para o aperfeiçoamento dos gastos públicos, mas há muito por fazer. Tão importante quanto reverenciar o passado é o nosso compromisso com o futuro. O TCE/SC nada mais é do que um representante do cidadão. São os olhos da sociedade sobre a aplicação dos tributos que ela entrega aos governantes. Portanto, de certo modo, exercemos um mandato da sociedade e precisamos do cidadão como parceiro. E como tal, devemos prestar contas da incumbência que nos foi atribuída.

[PE] - Falando em prestação de contas, qual a avaliação dos resultados do TCE/SC em 2015?

LRH - O ano de trabalho tem sido bastante produtivo. Nosso programa de fiscalização, que se estende até março/2016, já atingiu 66,5% de execução. Realizamos 117 auditorias e inspeções, das 176 programadas. Em maio, analisamos as contas do Governo do Estado/2014 e entregamos o parecer para julgamento da Alesc. Até agora, já apreciamos as contas/2014 de 87 prefeituras. Emitimos cerca de 8 mil decisões até outubro, resultado que também reflete o esforço dos servidores envolvidos no mutirão que possibilitou a instrução de mais de 2.300 processos antigos. A idade média do nosso estoque já é inferior a 365 dias. As auditorias de regularidade e operacionais

têm oferecido uma contribuição importante para melhora do desempenho da gestão pública em áreas fundamentais para a vida do cidadão, como educação, saúde, segurança e mobilidade urbana. E queremos avançar mais. Possibilitar que a área técnica disponha de tempo para se concentrar no planejamento das ações de fiscalização e no uso de estratégias de inteligência, em favor da qualidade dos resultados oferecidos pelo TCE/SC à sociedade catarinense.

[PE] - A instalação do Núcleo de Informações Estratégicas (NIE) e o processo eletrônico vai elevar a qualidade dos serviços?

LRH - É a nossa expectativa. A implantação do Núcleo, em maio, busca desenvolver estudos e levantar informações para dar suporte às ações de fiscalização. O NIE já trabalha com três linhas de pesquisa que poderão subsidiar o Programa de Fiscalização 2016-2017. O processo eletrônico já vem impactando na melhora da produtividade. Um exemplo é a área de municípios, onde atingimos uma média de 40 processos analisados por técnico – antes era de 8 a 10 – nas divisões que avaliam as contas anuais dos prefeitos. O desenvolvimento do novo sistema de processos também está em execução. É considerado prioritário no campo da inovação tecnológica e preparação do TCE/SC para adoção do processo eletrônico de maneira ampla.

[PE] - Poderia citar outro exemplo do uso da tecnologia para facilitar a obten-

ção de informações?

LRH - Um importante avanço foi a disponibilização, no Portal do TCE/SC, do serviço de emissão eletrônica de certidões, alertas e notificações para os 295 municípios. A ferramenta traz facilidades ao gestor público para obtenção de créditos junto a instituições financeiras e também racionaliza a atividade do controle externo, além de estimular o controle social dos atos da administração pública municipal, porque qualquer cidadão poderá acessar a informação.

[PE] - O trabalho à distância tem atingido os resultados esperados?

LRH - A primeira avaliação foi positiva. Após cerca de 100 dias de atividades, os 15 técnicos que aderiram vêm cumprindo as metas de produtividade, que determinam um incremento de 30% em relação aos que atuam na sede do TCE/SC. Essa modalidade de serviço, já adotada por outras instituições públicas, como o Tribunal Superior do Trabalho, ocorrerá por um período de 12 meses, a título de experiência. Vamos continuar avaliando os resultados, porque, segundo a norma que instituiu o trabalho à distância, a prática depende da análise de necessidade, conveniência e oportunidade pela administração do TCE/SC.

[PE] - E o concurso público?

LRH - Foi publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCE/SC de 13 de novembro a contratação do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção de Promoção de Eventos (Cebraspe), responsável pela organização e realização do

concurso. Ao todo, serão 50 vagas para o cargo de auditor fiscal de controle externo, nas áreas de Ciências Contábeis, Ciências Jurídicas, Ciências da Administração, Ciências Econômicas, Informática e Engenharia Civil.

[PE] - Facilitar o acesso a informações pela sociedade e manter conectividade com a imprensa foi outra meta anunciada. O senhor acredita que ela foi alcançada?

LRH - O TCE/SC tem construído um relacionamento profissional e transparente com a mídia. Logo que assumi em fevereiro, uma das primeiras iniciativas no campo da interação com os públicos estratégicos foi um encontro com os profissionais da imprensa. A mídia é parceira na fiscalização da gestão pública. É canal fundamental para a sociedade receber informações sobre os resultados do TCE/SC em favor do interesse coletivo e operação do controle social sobre a administração pública. Procuramos aperfeiçoar os mecanismos de acesso à informação, por meio da Ouvidoria, da Assessoria de Comunicação Social e, ainda, do Portal do TCE/SC, que mantém espaço personalizado para a imprensa e para o cidadão. Até outubro, a Ouvidoria registrou 892 atendimentos e a Acom contabilizou 312 solicitações de informação por jornalistas, além de 3.300 matérias publicadas na mídia estadual sobre a atuação do TCE/SC. São números que refletem nossa contribuição para uma cultura de acesso à informação da gestão pública.

[PE] - E quanto às outras ações de interação com a sociedade?

LRT - A consolidação do Programa de Interação com a Sociedade é uma iniciativa positiva. A proposta é integrar as diversas ações já desenvolvidas pelo TCE/SC junto aos seus públicos estratégicos, as atividades da Ouvidoria e outras que venham a ser incorporadas pelo programa sob o mesmo paradigma. Isso nos ajudará a fortalecer nossa aproximação com os cidadãos, os principais beneficiados dos nossos serviços.

[PE] - Poderia citar alguma iniciativa?

LRT - Destaque para a ação Portas Abertas, que neste ano já oportunizou que 440 pessoas, entre alunos, agentes públicos e representantes da sociedade civil, conhecessem o TCE/SC, suas funções e resultados. Outra iniciativa, uma novidade, foi a realização da audiência pública em Anita Garibaldi, em novembro. Ouvimos a comunidade sobre a qualidade da educação no município, permitindo sua participação ativa no processo de fiscalização. Também merece registro a preocupação do TCE/SC sobre a percepção do público que utiliza os seus serviços na sede e da Ouvidoria. A pesquisa da Ouvidoria mostrou a satisfação de 70% dos usuários que responderam. Com relação ao atendimento na sede, as 132 pessoas que participaram avaliaram bem os serviços. São contribuições que vão nos ajudar a aperfeiçoar a gestão e a qualidade do atendimento do TCE/SC.